

# OS CAMPONESES E AS FRENTES DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO MEIO-NORTE (DÉCADAS 1970-1990)<sup>1</sup>

## *PEASANTS AND THE EMERGENCY SERVICE FRONTS TO COMBAT THE EFFECTS OF DROUGHT IN THE MID-NORTH (1970S-1990S)*

**Lucas Ramyro Gomes de Brito**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC), da  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

**Cristiana Costa da Rocha**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta IV do Curso de  
História da Universidade Estadual do Piauí e vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI) - Campus Poeta Torquato Neto.

**Resumo:** A seca é um fenômeno climático recorrente em diversas regiões do mundo, afetando especialmente as populações rurais que dependem da agricultura e da pecuária para sua subsistência. No Brasil, a região Nordeste é uma das mais vulneráveis a esse problema, enfrentando secas prolongadas que causam impactos ambientais e socioeconômicos significativos. O Estado, ainda sob o contexto da Ditadura Militar, implementou diversas políticas públicas ao longo das duas décadas, entre a ditadura e a redemocratização para combater os efeitos da seca na tentativa de melhorar a qualidade de vida das populações afetadas. Uma dessas políticas foi a criação das frentes de emergência, que atuaram em três linhas distintas: fornecimento de água e alimentos, implementação de medidas sanitárias e de saúde, e intervenção na produção de bens essenciais. Este trabalho tem como objetivo analisar a história das

**Abstract:** Drought is a recurring climatic phenomenon in various regions of the world, especially affecting rural populations that depend on agriculture and livestock for their subsistence. In Brazil, the Northeast region is one of the most vulnerable to this problem, facing prolonged droughts that cause significant environmental and socioeconomic impacts. The State, still under the context of the Military Dictatorship, implemented various public policies over two decades, between the dictatorship and the redemocratization, to combat the effects of drought in an attempt to improve the quality of life of the affected populations. One of these policies was the creation of emergency fronts, which operated in three distinct lines: provision of water and food, implementation of sanitary and health measures, and intervention in the production of essential goods. This work aims

---

1. Este artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “Camponeses-operários e frentes de emergência de combate aos efeitos das secas no Meio-Norte (décadas 1970-1990)”, defendida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC), na linha de pesquisa Trabalho, Educação e Mundo Rural.

frentes de emergência no Meio-Norte do Brasil, destacando suas principais ações e impactos na vida das populações rurais afetadas pela seca entre as décadas de 1970 e 1990. Para tanto, serão utilizados dados e informações de fontes primárias e secundárias, incluindo relatórios governamentais, estudos acadêmicos e entrevistas com quem vivenciou na época. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelas populações rurais em regiões afetadas pela seca e das políticas públicas que podem ser implementadas para mitigar seus efeitos. **Palavras-Chave:** Seca; Meio-Norte; Camponeses; Populações Rurais; Frentes de Emergência.

to analyze the history of the emergency fronts in the Mid-North of Brazil, highlighting their main actions and impacts on the lives of rural populations affected by drought between the 1970s and 1990s. For this purpose, data and information from primary and secondary sources will be used, including government reports, academic studies, and interviews with those who experienced it at the time. It is hoped that this study will contribute to a better understanding of the challenges faced by rural populations in drought-affected regions and the public policies that can be implemented to mitigate their effects. **Keywords:** Drought; Mid-North of Brazil; Peasants; Rural Populations; Emergency Fronts.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação das frentes de serviços emergenciais no combate aos efeitos da seca no Meio-Norte brasileiro entre as décadas de 1970 e 1990, investigando suas principais ações e impactos sobre a vida das populações rurais. Além de discutir as políticas públicas implementadas, este estudo busca problematizar as formas de resistência dessas populações frente às adversidades, com ênfase nas narrativas de saque e invasão a propriedades e comércios. Esses eventos, frequentemente tratados como mera consequência da fome e da miséria, são aqui analisados sob uma perspectiva mais ampla: seriam esses atos respostas desesperadas a uma crise extrema ou estratégias coletivas de pressão sobre o Estado?

Através da análise de fontes primárias, relatos orais e materiais hemerográficos, questiona-se até que ponto as narrativas de saque representam, na verdade, formas de organização política e social entre os camponeses, que, mesmo em condições extremas, buscavam negociar suas necessidades e direitos. Ao explorar esse aspecto, o presente trabalho pretende desmistificar as noções de criminalidade que cercam esses episódios e ressaltar a complexidade das relações entre o Estado e as populações rurais, que, diante de uma assistência insuficiente, usavam suas próprias formas de resistência e organização para pressionar por uma resposta.

Vale lembrar que o período compreendido entre o final do século XIX e a década de 1990, as políticas governamentais relacionadas à seca no Nordeste do Brasil foram marcadas por uma interseção complexa entre aspectos políticos, econômicos e sociais. As primeiras décadas do século XX testemunharam abordagens paliativas, focadas na distribuição de alimentos e ajuda humanitária, com pouca consideração pelas causas subjacentes da seca e pela necessidade de desenvolvimento estrutural. Essas medidas, em grande parte, careciam de uma visão a longo prazo, o que perpetuou o ciclo de dependência em relação à assistência governamental.

Ao explorar a história das secas no Nordeste brasileiro, a historiografia remonta a acontecimentos que ocorreram ainda no século XIX. Nessa época, destaca-se a marcante seca de

1877-1879, conhecida como a “maldita dos três setes”, que assinalou o início da percepção da seca como um relevante problema social na região Nordeste, então parte da região Norte, chamando a atenção das autoridades públicas, notavelmente o Governo Imperial. Foi nesse contexto que, no final do século XIX, surgiram os primeiros programas de construção de açudes, um esforço que ganhou força na primeira metade do século XX. Essas iniciativas visavam não apenas solucionar os desafios hídricos, mas também serviam como medidas emergenciais para proporcionar emprego à população afetada pelas secas durante os longos períodos de estiagem.

A partir das obras de Ferreira (2008, 2016), Neves (2000) e Cândido (2014), é possível discernir que as sementes das primeiras iniciativas de resposta emergencial a secas no Ceará foram lançadas já durante o período monárquico, particularmente na seca de 1877. Nesse contexto, emergiram as primeiras políticas de prevenção, concebidas para mitigar os impactos devastadores da estiagem e incrementar a resiliência das comunidades locais. Os programas concebidos focalizaram sobretudo na exploração otimizada e reutilização do solo, na adoção de métodos de irrigação, na conservação de águas subsuperficiais e no estabelecimento de estruturas de contenção hídrica, como barragens. Esse cenário pioneiro testemunhou a preocupação inicial do governo com estratégias proativas, as quais evoluíram ao longo do tempo, influenciando as abordagens subsequentes no enfrentamento das secas no Nordeste brasileiro.

Em razão da seca de 1877-1879, quando aproximadamente 5% da população do país morre com a estiagem, o Nordeste passa a ser visto como uma região-problema para o cenário nacional. Então, o governo central passa a ter a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), criada em 1909<sup>2</sup>, como principal agente para enfrentar as secas, que, apesar de focar em obras de infraestrutura e mitigação dos efeitos da seca, frequentemente atuava de maneira pontual e emergencial, sem uma abordagem holística e integrada. Em 1919, o órgão passa a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), com novo regulamento<sup>3</sup>, e em 1945<sup>4</sup> recebe a denominação de Departamento Nacional de Obras Contradas as Secas (DNOCS), transformando-se em autarquia federal somente em 1963<sup>5</sup>, ambos enfatizando a construção de barragens e sistemas de irrigação.

Entre os anos de 1909 e 1959, figurou praticamente como o único órgão federal engajado na execução de obras na região nordestina. Sob a égide do DNOCS, projetos diversificados foram realizados, abrangendo a construção de açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso. A entidade também viabilizou a implantação de redes de energia elétrica e sistemas telegráficos, além de empreender a construção de usinas hidrelétricas. Importante ressaltar que, até a instauração da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o DNOCS desempenhou um papel central no socorro às populações assoladas pelas periódicas secas que afligiam a área. Contudo, é válido assinalar que essas iniciativas, apesar de suas contribuições, frequentemente careceram de uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento, privilegiando a infraestrutura em detrimento de abordagens sistêmicas e holísticas.

---

2. Criado através do Decreto nº 7.619, de 21 de Outubro de 1909, no governo do fluminense Nilo Peçanha.

3. Decreto nº 13.687, de 09 de Julho de 1919, no governo do paraibano Epietácio Pessoa.

4. Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de Dezembro de 1945.

5. Lei nº 4.229, de 01 de Junho de 1963.

A década de 1950 trouxe uma mudança significativa com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959<sup>6</sup>, marcando um ponto de inflexão nas políticas de enfrentamento da seca. A SUDENE apresentava como proposta a promoção do desenvolvimento econômico da região por meio de investimentos em infraestrutura, irrigação e agricultura, introduzindo uma abordagem mais abrangente, buscando coordenar políticas de desenvolvimento regional e integrar setores econômicos, embora tenha enfrentado desafios de implementação e eficácia. Os resultados foram ambíguos, com projetos muitas vezes concentrados em áreas mais privilegiadas, deixando segmentos marginalizados da população ainda mais vulneráveis.

A SUDENE traz consigo uma abordagem abrangente que transcendeu a questão das secas, estendendo-se aos desafios econômicos, sociais e políticos da região. Na década de 1970, houve uma mudança na orientação do desenvolvimento do Nordeste, passando a ser influenciado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) de âmbito nacional. Essa transformação foi uma resposta a uma nova configuração na política nacional. É relevante enfatizar que os PNDs direcionaram um volume de recursos consideravelmente maior para o setor agropecuário em comparação com o setor industrial (MINTER/SUDENE, 1980). Essa alocação de recursos reflete uma ênfase estratégica no desenvolvimento rural e agrícola como meio de impulsionar a economia da região nordestina.

O papel de órgão coordenador dos Programas Regionais Especiais, é atribuído a SUDENE com a tarefa de estabelecer prioridades, analisar, aprovar, monitorar e avaliar os resultados oriundos da execução dos projetos e das atividades vinculadas a cada um desses programas. Em 1979, uma nova abordagem foi aplicada a esses programas, atribuindo também à SUDENE a responsabilidade pela elaboração das programações anuais dos projetos especiais em andamento no Nordeste, em estreita cooperação com outros órgãos federais e governos estaduais envolvidos. Dentre os vários Programas Regionais Especiais, merecem destaque o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste, este último ativado em situações de emergência.

Somente na década de 1990 ocorreu uma nova forma de enfrentamento das secas no Nordeste, por meio da descentralização das ações e da criação do Ministério da Integração Nacional. A abordagem, agora mais focada em ações preventivas, buscou aliar infraestrutura hídrica, capacitação técnica e gestão de recursos naturais. Embora tenha havido avanços, persistiram desafios relacionados à falta de coordenação entre esferas governamentais e à irregular distribuição dos investimentos.

Por exemplo, o Programa das Frentes Produtivas de Trabalho (PFPT) e o Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca (PFCES), implementados em 1993 e 1998, respectivamente, foram dois desses programas emergenciais, conforme Sabino (2002). Além disso, durante períodos de seca significativos, foram criadas frentes de serviço para atender não somente a população da região semiárida, mas também do Meio-Norte. No entanto, a seca continua sendo um desafio significativo para a região Nordeste, com muitos municípios declarando estado de emergência devido à falta de chuvas nos dias atuais.

---

6. Lei nº 3.692, de 15 de Dezembro de 1959.

As frentes de serviços de emergência de combate aos efeitos das secas no Nordeste brasileiro, desse modo, eram programas implementados pelo governo para mitigar os impactos da seca na região. Esses programas incluíam uma variedade de medidas, como a criação de frentes de trabalho para fornecer emprego e renda para as populações afetadas, a distribuição de alimentos e a implementação de projetos de infraestrutura para melhorar o acesso à água.

Em síntese, ao longo desse período, as políticas em relação à seca no Nordeste oscilaram entre abordagens assistencialistas e tentativas de desenvolvimento estrutural, frequentemente falhando em abordar as raízes profundas do problema. A trajetória perpassou desde ações emergenciais até esforços mais focados na mitigação dos impactos das secas por meio de intervenções estruturais, mas com resultados variáveis e frequentemente insuficientes para erradicar a vulnerabilidade da região às condições climáticas adversas. A seca passa a ser considerada por especialistas como um dos maiores problemas enfrentados pelas populações rurais, especialmente aquelas que dependem da agricultura para sua subsistência.

A ideia de desenvolvimento é considerada excludente porque, historicamente, os modelos de desenvolvimento adotados pelo Estado, principalmente em regiões como o Nordeste brasileiro, frequentemente beneficiaram grupos privilegiados enquanto marginalizavam populações vulneráveis. Esses modelos, voltados para o crescimento econômico, focaram em infraestrutura, modernização agrária e industrialização, mas não levaram em conta as desigualdades sociais e as necessidades específicas das populações mais pobres, como os camponeses.

No contexto do Nordeste e do Meio-Norte, as políticas de desenvolvimento focadas na modernização da agricultura, construção de barragens e frentes de trabalho emergenciais não resolveram os problemas estruturais da pobreza e da concentração fundiária. Ao invés de promover a inclusão social, essas medidas muitas vezes aprofundaram a exclusão, favorecendo grandes proprietários de terras e grupos empresariais em detrimento dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. A “modernização” promovida pelo Estado ignorou ou precarizou o modo de vida tradicional dessas populações, forçando muitos a migrar ou a se submeter a condições de trabalho exploratórias, como nas frentes de serviços emergenciais.

A seca ocorrida entre 1979 e 1983 constituiu um dos desastres naturais mais devastadores vivenciados pelo Nordeste durante a era republicana. Durante esse período, a região enfrentou sérias deficiências em seus sistemas de abastecimento hídrico, resultando em uma situação de gravíssima escassez. A falta de recursos financeiros e a limitação administrativa para lidar com essa crise levaram tanto a adotar medidas emergenciais. No contexto do Piauí, as ações principais concentraram-se no fornecimento direto de auxílio (renda, água e trabalho) às comunidades mais expostas à seca, populações rurais.

O Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste tinha a função de ser ativado em situações emergenciais, quando a região enfrentasse calamidades públicas, como secas severas. Sua finalidade era fornecer uma resposta rápida e eficaz para lidar com os impactos imediatos dessas crises, buscando aliviar o sofrimento das populações afetadas (Brito, 2024). Dessa forma, o programa buscava oferecer assistência médica, fornecimento de alimentos e recursos essenciais para enfrentar os desafios causados pelos eventos extremos.

As medidas emergenciais implementadas podem ser agrupadas em três categorias distintas:

aquelas relacionadas ao acesso à água e alimentos, as medidas de caráter sanitário e de saúde, e as intervenções na produção de outros bens. No primeiro grupo, ações como a construção de poços e a organização de caravanas para transportar água a comunidades remotas desempenharam um papel fundamental. No segundo grupo, merecem destaque os programas de comunicação, educação e prevenção de doenças endêmicas vinculadas à escassez de água potável, tais como diarreias infecciosas e cólera, entre outras. No último grupo, sobressai o programa de revitalização de áreas afetadas pela seca, que tinha como objetivo possibilitar às famílias a chance de restabelecer a produção, como forma de desencorajar a migração. Essas ações convergiam para mitigar os efeitos das secas e melhorar as condições de vida das comunidades atingidas.

Quadro 1 - Períodos de seca da Região Nordeste na segunda metade do século XX

| Período       | Ocorrências de Seca  |
|---------------|--|
| 1970          | Criação de frentes de emergências. Uma alternativa para 1,8 milhões de pessoas, em decorrência das grandes secas que atingiram todo o Nordeste.  |
| 1979/<br>1984 | A mais prolonga e abrangente seca da história do Nordeste. Atingiu toda a região, deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados. No período, não se colheu lavoura numa área de quase 1,5 milhões de km <sup>2</sup> . Só no Ceará foi registrada mais de uma centena de saques, quando legiões de trabalhadores famintos invadiram cidades e arrancaram alimentos à força em feiras-livres ou armazéns. Segundo dados da SUDENE, entre 1979/1984, morreram na região 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, por fome e enfermidades derivadas da desnutrição. Pesquisa da Unesco apontou que 62% das crianças nordestinas, de 0 a 5 anos, na zona rural, viviam em estado de desnutrição aguda.   |
| 1993          | Grande seca atinge todos os Estados do Nordeste e mais parte da região norte de Minas Gerais. Só no Nordeste, de acordo com dados da então SUDENE (hoje, ADENE), [SIC] um total de 1.857.655 trabalhadores rurais que perderam suas lavouras foram alistados nas chamadas “frentes de emergência”. Pernambuco foi o Estado que teve o segundo maior número de agricultores alistados nessas frentes, com 334.765 pessoas, perdendo apenas para a Bahia (369 mil trabalhadores alistados). As perdas de safras foram totais, em todos os Estados Nordestinos. Na época, a imprensa recifense publicou reportagem segundo a qual dezenas de obras de combate às secas, iniciadas e abandonadas pelo governo federal antes da conclusão, já haviam provocado, entre 1978/1993, prejuízos de CR\$ 6,7 trilhões. O escândalo das obras inacabadas deu origem até mesmo a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, para apurar responsabilidades. |
| 1998          | Neste período, uma seca muito intensa atingiu toda população, precisamente, no final do mês de abril. População faminta, promovendo saques a depósitos de alimentos e feiras livres, animais morrendo e lavouras perdidas. Com exceção do Maranhão, todos os outros estados do Nordeste foram atingidos, numa totalidade de cerca de cinco milhões de pessoas afetadas. Esta seca estava prevista há mais de um ano, em decorrência do fenômeno <i>El Niño</i> , mas, como das vezes anteriores, nada foi feito para amenizar os efeitos da catástrofe.  |

Fonte: De Alcântara Silva et. al., 2013, p. 289.

A análise da seca que ocorreu entre 1979 e 1983, bem como das medidas adotadas pela política emergencial, revela que, ainda que de maneira limitada, o Estado conseguiu atender em

parte às necessidades da população piauiense diante da crise, mesmo que de forma insuficiente, conforme documentação oficial acessada. No entanto, a migração<sup>7</sup> em massa dos camponeses e seu deslocamento para cidades maiores atestam que as ações tomadas não foram capazes de lidar adequadamente com as consequências da estiagem. Embora tenham proporcionado algum alívio às comunidades afetadas, a magnitude do desafio e a profundidade das necessidades foram tais que as medidas emergenciais se mostraram incapazes de prevenir o deslocamento forçado das populações rurais em busca de oportunidades em centros urbanos. Esse fenômeno evidencia as limitações e complexidades no enfrentamento das secas e suas repercussões sociais e econômicas, destacando a necessidade de abordagens mais abrangentes e sustentáveis para lidar com tais crises.

Para o estudo sobre o cotidiano das populações rurais que vivenciaram os períodos de seca, seja como agente contratado para o trabalho nas frentes seja pelas famílias afetadas, a perspectiva teórico-metodológica de James Scott se torna bastante significativa a esta pesquisa:

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem matérias de jornais. [...] Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de microatos que resultaram na barreira (Scott, 2002, p. 13).

Logo, a análise dos periódicos merece uma observação acurada dos acontecimentos da época, bem como a necessidade de se ouvir os sujeitos trabalhadores<sup>8</sup> das *frentes* de obras. Através da história oral, com entrevistas temáticas, buscar-se entender o dia a dia e a organização daquelas pessoas em torno do trabalho na lavoura e nas *frentes de emergência*, possibilitando a compreensão das experiências de classe, dos costumes em comum e das formas cotidianas de resistência.

As entrevistas permitem perceber para além daquilo que não se encontra nos documentos oficiais e/ou hemerográficos, “acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. [...] informações inéditas podem ser resgatadas (Alberti, 2013, p. 30)”. A principal característica da história oral consiste na recuperação do vivido segundo a concepção de quem vivenciou.

[...] reconstituir o cotidiano não é muito fácil [...]. Mas é possível a um bom entrevistador obter descrições precisas de rotinas. De um lado, porque elas estão consolidadas na memória do entrevistado, que precisava dominá-las para poder viver e trabalhar. De outro, porque elas geralmente são informações

---

7. A migração em massa dos camponeses para as cidades maiores e para áreas como a Amazônia, através de projetos de migração dirigida, revela a complexidade das respostas às políticas emergenciais frente à estiagem. Longe de ser apenas uma consequência passiva da seca, a migração também foi uma experiência vivida de maneira estratégica por muitos camponeses, que se deslocaram em busca de novas oportunidades. Nesse sentido, a migração não pode ser vista exclusivamente como um sinal de fracasso das políticas públicas, mas como parte de um processo mais amplo, no qual os trabalhadores rurais exploravam os caminhos oferecidos ou impostos pelas políticas de ocupação territorial e desenvolvimento da época.

8. As fontes orais já consultadas também não confirmam a participação dos trabalhadores em movimentos de saques no Piauí. Julga-se, então, inoportuno analisar os saques enquanto movimentos de resistência e organização de classe nessa pesquisa.

*inofensivas* que nunca precisaram ser interpretadas ou reavaliadas ao longo da vida, ao contrário dos valores ou das experiências problemáticas (Alberti, 2004, p. 24).

Com a história oral, torna-se possível questionar e entender como essas pessoas experimentaram determinados acontecimentos, com um trabalho de organização, seleção daquilo que foi importante para o sentimento de unidade e identidade dos trabalhadores das obras contra a seca. Para Alessandro Portelli, os “fatos” do historiador e as “representações” dos antropólogos devem andar juntos nas análises:

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem (Portelli, 1996, p. 111).

Trata-se de perceber como os fatos sociais se tornam coisas, mais especificamente como as “representações” se tornam “fatos”. As fontes orais dizem sobre os custos psicológicos, o que as pessoas fizeram, o que queriam fazer, o que acreditavam ter feito (Portelli, 2013). Essa subjetividade é rica de informações e o pesquisador precisa ficar atento às narrativas, às brechas, aos significados e aos sentimentos daqueles sujeitos da lavoura e do campo de obras, o que permite delinear os costumes e tradições a partir das experiências vividas.

## NARRATIVAS DE SECA

A mobilização da imprensa pelo Estado em tempos de seca funcionava como potencializador da problemática, além do forte apelo social. Era com esse clima de tensão que a imprensa local iniciava o último ano da década de 1970. A todo momento novas correspondências de cidades do interior do Estado solicitando ajuda, suporte e todo tipo de apoio financeiro. O que se noticiava era a situação de pessoas desesperadas, que não sabiam mais o que fazer, sem nenhuma opção, vendo a lavoura declinar e os animais sofrendo de fome e sede.

As fontes hemerográficas da época, em especial o jornal *O Dia*<sup>9</sup>, logo em 1979, apontam as denúncias de governantes do interior que revelam a necessidade de se ofertar as obras emergenciais em seus municípios, alegando a ameaça de saques ao comércio e feiras pela multidão de flagelados. Tais revelações normalmente eram rebatidas pelos políticos opositores, alegando que ali se tinha uma tentativa da “indústria da seca”, prática em que os governantes implantavam no sentido de desviar recursos e/ou manter o seu curral eleitoral, perspectiva corroborada com a fala de Dona Espedita Araújo<sup>10</sup>, ex-agente pastoral, que atuou na linha de frente em áreas do semiárido piauiense nos anos de 1980.

9. Fundado em 01 de fevereiro de 1952, com circulação no Piauí, explora assuntos relacionados à política e questões locais de grande repercussão, seja da capital, seja do interior do estado.

10. 60 anos de idade em 2015, quando se realizou a entrevista.

Essa questão dos ataques [saques ao comércio] era mais questão das cidades maiores, porque nas cidades pequenas podia deixar a bodega aberta [...] o pessoal dizia que era descendência de Lampião [...] lembro que o pessoal comentava [...]. A seca poderia até contribuir, pela necessidade, até porque quem fazia mais essa prática eram as pessoas da cidade, principalmente cidades que estavam se inchando, porque no campo as pessoas não tinham condição de plantar mais, a cada dia a concentração ia ficando mais forte [...]. A concentração de terra estava mais forte [...] todo esse quadro [...] obrigava as pessoas, muitas vezes, muitos das periferias nas cidades grandes, no caso que praticavam saques nas cidades maiores [...]. Pegavam armazéns [...], não eram saques de lojas de móveis [...] era fome mesmo [...] os saques mais comuns eram nos armazéns [...] (Araujo, 2015).

A problematização das narrativas de saque é fundamental para questionar os estereótipos que envolvem as populações rurais durante períodos de crise, como as secas. Ao discutir esses episódios, busca-se entender as representações sociais e políticas que cercam os camponeses, muitas vezes retratados de maneira simplista como “flagelados” ou “ameaças”. As narrativas de saque não podem ser lidas apenas como reações biológicas à fome, mas como formas complexas de negociação e pressão sobre o Estado. O saque, quando mencionado, revela o desespero, mas também a organização social e política das multidões rurais, que se posicionam como sujeitos ativos, capazes de reivindicar seus direitos e necessidades de forma estratégica.

Quando Espedita Araújo menciona que “nas cidades pequenas podia deixar a bodega aberta” e que os saques eram mais frequentes em cidades maiores, ela nos convida a refletir sobre como a dinâmica da seca e da pobreza se desenrolava de maneiras diferentes dependendo do espaço geográfico. Espedita sugere que, nos pequenos centros, havia uma maior coesão social e uma organização que evitava o saque, enquanto nas cidades maiores, onde a concentração de pessoas e a migração aumentavam, surgia um ambiente propício para esses eventos. Essa observação é crucial para perceber que as ações de saque não eram uma simples resposta à fome, mas estavam inseridas em um contexto mais amplo de urbanização forçada, concentração fundiária e luta pela sobrevivência.

Também nos jornais de circulação local são poucas as evidências fatídicas de saques no Piauí, que ganha amplitude apenas ao campo das ameaças sob a voz dos políticos. Apesar dos jornais não apresentarem fatos sólidos de saques, a grande quantidade de notícias sobre a temática demonstra o elemento importante que as *frentes de emergência* representavam para aquele período. Também é possível perceber o imaginário coletivo construído historicamente sobre a pobreza e seus perigos, dentre eles incluem a iminência de saques<sup>11</sup>. A população se utilizava de estratégias para pressionar o poder público ao tempo que existia uma exposição pública de

---

11. Além de Frederico de Castro Neves, outro importante pesquisador sobre a questão dos saques no Ceará em tempos de seca é Tyrone Apollo Pontes Cândido. Para Neves (2000), que estudou os acontecimentos de 1877 até meados do século XX, há uma tradição de contestação e protestos durante as secas, transformando as obras públicas e outras formas de assistência como respostas do poder público aos saques e apaziguamento das ações de massa dos flagelados durante as estiagens. Por sua vez, Cândido (2014) analisa o período entre 1877 e 1919, os arranjos e desarranjos dos proletários das secas apontando suas resistências, não só através dos saques, mas também de greves, passeatas e assembleias públicas, denúncias em jornais e reivindicações a representantes políticos.

suas misérias, aguçada pela seca, gerando visibilidade. Partindo dessa premissa, entende-se que:

[...] as ações empreendidas pelas multidões de retirantes constituem-se em atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade e naqueles pontos em que se cruzam com as teias mais amplas das relações sociais. [...] Estas ações devem ser compreendidas tanto com relação ao curso dos eventos quanto ao entendimento subjetivo dos agentes envolvidos sobre suas próprias condutas, já que as intenções humanas, entre outros fatores, determinam seu comportamento (Neves, 2000, p. 14).

Para o historiador Frederico de Castro Neves<sup>12</sup> (2000), as ameaças de saques revelam a forma de negociar característica da multidão, sendo esta uma pressão direta sobre os representantes do Estado. O objetivo, segundo o autor, seria, na maioria das vezes, o alistamento e a distribuição de alimentos. Por esta análise, considera-se que a população sabia que quanto maior a pressão exercida sobre o comércio local e sobre os prefeitos, mais rapidamente as autoridades teriam que agir. Nesta perspectiva, a multidão não configuraria apenas uma reação biológica e ‘espasmódica’<sup>13</sup>, mas atuando como um sujeito político em formação. A fome realmente é um elemento importante a ser considerado nas ações dos lavradores em tempos de seca, porém não prescreve nem determina as formas de ações da multidão, “não é uma resposta ‘natural’ ou ‘óbvia’ à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência (Thompson, 1998. p. 208)”.

Nessa linha, nas entrevistas<sup>14</sup> realizadas com os ex-trabalhadores das *frentes de serviços*, questionou-se sobre os eventos de saques, invasão em fazendas, residências e comércios locais, com o intuito de entender como os trabalhadores das frentes de serviço e as populações rurais lidaram com as condições extremas impostas pelas secas. Ao investigar esses episódios, pretende-se responder a questões fundamentais sobre a relação entre pobreza, resistência e o papel do Estado. Em particular, busca-se compreender se esses atos foram espontâneos e desesperados ou se podem ser interpretados como formas de pressão política e organização coletiva.

Ao questionar os entrevistados sobre esses eventos, procura-se desvendar como os camponeses se viam diante das ações de socorro emergencial e se enxergavam os saques como estratégias legítimas de sobrevivência ou formas de resistência contra a inação governamental. A resposta a essas questões é central para problematizar a visão tradicional que criminaliza esses atos sem considerar o contexto social em que ocorreram. Além disso, indaga-se se esses episódios de saque revelam uma crítica implícita à incapacidade do Estado de oferecer uma solução

---

12. Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Conhecido por suas pesquisas sobre a história do Brasil Império, com foco em temas como secas, migrações, revoltas camponesas, movimentos sociais e conflitos sociais.

13. De acordo com Neves, essas intenções deliberadas e estas estratégias nem sempre foram consideradas pelos estudiosos dos movimentos sociais populares rurais. Tais estudos estariam dentro de um campo chamado de “visão espasmódica”, pela perspectiva de Thompson (1998).

14. Tais entrevistas foram realizadas durante o processo de produção de monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí. Foram entrevistados 07 trabalhadores das frentes de serviço, que prestaram mão de obra nas cidades de Angical do Piauí-PI (localidades Baixão do Boi, Tabuleiro do Coco, Cachoeira, etc.) e Beneditinos-PI (localidades Canto do Correio, Ladeira e Tamboril).

estrutural para os problemas crônicos da seca e da miséria rural.

Essas perguntas ajudam a refletir sobre a percepção que os próprios trabalhadores tinham de seu papel nas frentes de emergência e até que ponto as narrativas sobre saques – muitas vezes veiculadas pela imprensa e pelos políticos – são fiéis à realidade vivida no campo ou se servem a uma agenda que marginaliza ainda mais essas populações. Embora a maioria desses sujeitos tenha negado a ocorrência em regiões específicas, a referência aos saques pode ser percebida em jornais de circulação da época. Ao negar, os entrevistados utilizaram como argumento a possibilidade de alistamento, que seria inviável caso o sujeito tenha se organizado em grupos para cometer saques (Brito, 2017, p. 47). É importante considerar que a negativa da prática das ações das multidões em saques compõe um quadro de estratégias de defesa dos trabalhadores, por se tratar de ações que configuram crime, além do zelo pela memória enquanto trabalhadores das *frentes de serviço*.

A senhora Madalena, 75 anos de idade, e o esposo, senhor Alves, 76 anos de idade, ambos lavradores aposentados<sup>15</sup>, trabalharam nas frentes de serviços ativadas financiadas a Fundo Perdido<sup>16</sup> pelo Programa de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca, no município de Angical do Piauí-PI. Madalena é uma mulher cuja experiência de vida reflete a resiliência e a adaptabilidade diante das adversidades. Sua narrativa abrange um período específico da seca, quando ela esteve profundamente envolvida em atividades relacionadas ao “Fundo Perdido”, como eles chamam o local de trabalho nas frentes de emergência.

Durante a seca, Madalena desempenhava um papel crucial na sustentação de sua família e no apoio às operações de perfuração de poços e cacimbões. Sua função principal era preparar e vender alimentos para os trabalhadores do projeto. Com uma rotina intensa, ela começava o dia cedo, preparando café, leite, bolos, cuscuz e outros alimentos que eram vendidos aos operários. Sua estratégia de venda envolvia a anotação cuidadosa dos nomes dos compradores para garantir que recebesse o pagamento devido ao final do mês.

A seca impôs enormes desafios à sua vida cotidiana. Além de sua atividade comercial, ela ajudava na remoção de lama e no trabalho físico associado à construção e manutenção dos poços. A precariedade das condições alimentares, como o consumo de feijão preto e a falta de leite, era uma constante preocupação. A dieta limitada e as condições de trabalho duras refletiam a severidade da seca e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades envolvidas no “Fundo Perdido”.

Madalena também relata a estrutura de trabalho, onde os operários eram organizados e pagos pelo governo, com uma clara divisão entre os que trabalhavam no projeto e os que não eram incluídos. Ela menciona a dificuldade de receber uma remuneração adequada e as tensões associadas a isso, além das estratégias para lidar com as dificuldades, como negociar a compra de alimentos adicionais para seus filhos. Sua narrativa revela um retrato vívido da vida durante um período de crise, destacando o esforço físico, a resiliência emocional e a capacidade de adaptação a circunstâncias adversas.

O trabalho de Madalena não se limitava à sua função como cozinheira e vendedora; ela

---

15. Nomes fictícios utilizados para evitar a identificação dos sujeitos participantes da pesquisa.

16. Recurso disponibilizado pelo governo sem perspectiva de reembolso.

era uma figura central na manutenção da coesão familiar e no enfrentamento dos desafios impostos pela seca. Sua história é um testemunho da força e da coragem de muitas pessoas que enfrentaram e superaram períodos de grande dificuldade. Ela descreveu sua rotina de atividades no barracão, o que permite ter uma tomada de consciência em torno da dimensão das mudanças trazidas pelas frentes de serviço para o cotidiano daqueles sujeitos. É de suma importância trazer as vozes desses sujeitos para entender como as frentes de emergência alteraram a vida dos trabalhadores rurais, tanto em termos de trabalho quanto de organização social e familiar. Através da história oral, pode-se registrar essas vivências e entender de que maneira as políticas públicas influenciaram a vida das pessoas tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Segundo ela:

Olha! O negócio era assim: eu trabalhava aqui e o meu esposo trabalhava em outra parte, de outro Fundo Perdido, então eu saía de manhã pra fazer o cafezinho, o leite, às vezes eu fazia até o chá, fazia da *rapinha de açúcar* pra levar, e fazia o que... pudim, bolo-frito e cuscuz. Eu chegava lá na barraca, que tinha uma barraca, eles fizeram uma *barracona* pra *mode* eu ficar dentro, pra fazer o lanche, pra meio-dia despachar o povo, meio-dia não, era 10h. Dar o lanche o povo. Quando eu terminava de dar o lanche, eu ajuntava os *trem* tudo e ia ajudar a pegar o balde de lama e botar fora, eles cavando o cacimbão e nós ia ajudando esgotar e pegando os baldinhos e botando lá fora (Madalena, 2023).

A fala da senhora Madalena oferece um vislumbre vívido de sua rotina e das atividades desempenhadas durante seu trabalho nas frentes de emergência. Ela descreve suas responsabilidades, que incluíam preparar alimentos, fornecer lanches para os trabalhadores, além de auxiliar nas tarefas de escavação de cacimbão. Essa narrativa ilustra a importância do papel desempenhado por ela, pela família, e por outros trabalhadores nas frentes de serviço, inserindo as múltiplas tarefas desempenhadas para garantir o funcionamento e a eficiência das operações. Esses relatos fornecem um olhar valioso da importância dos relatos das contribuições individuais para as frentes de emergência durante a seca de 1979-1983.

Esse relato explana a nítida divisão do trabalho nas frentes de serviço durante o período em que ela esteve alistada. Além disso, sua história mostra como as famílias rurais se organizaram em torno das frentes de serviço para obter o sustento familiar, mesmo em condições adversas, como a seca. A venda de lanches por conta própria é uma estratégia para se viver que demonstra a versatilidade e a criatividade dos trabalhadores rurais diante das dificuldades enfrentadas. Esse tipo de informação é valioso para entender o *modus operandi* do compasso social e econômico da época, bem como as estratégias adotadas pelas famílias rurais em contextos de crise.

O relato do senhor Nascimento<sup>17</sup>, 67 anos de idade, irmão da senhora Madalena, mostra como o alistamento para as frentes de serviço era organizado na região em que ele vivia: “O BEC chegava lá na turma, lá no órgão de trabalho, aí fazia a ficha de cada um *cliente*, naquele momento que fazia a ficha já estava cadastrado, aí no próximo dia já ia trabalhar”. Segundo ele,

---

17. Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

o Exército Brasileiro, por meio do Batalhão de Engenharia de Caçadores (BEC), era responsável pelo alistamento e fazia a ficha de cada trabalhador rural interessado em participar das frentes de serviço. Essa informação era divulgada na cidade e chegava até a zona rural, onde os trabalhadores residiam. O fato de que quem fosse trabalhador rural deveria se alistar demonstra como as frentes de serviço eram uma importante fonte de renda e emprego para as famílias rurais durante a seca, bem como a falta de oportunidades e até mesmo o caráter compulsório dessa forma de trabalho.

Nascimento é um lavrador de longa data, que viveu intensamente as dificuldades da seca que afetou o Piauí entre 1979 e 1983. Sua experiência reflete as duras condições enfrentadas pelos trabalhadores rurais durante esse período crítico. Em 1982, assim como muitos outros, viu-se forçado a participar de um programa governamental criado para mitigar os efeitos devastadores da seca. Conhecido localmente por sua habilidade e disposição, ele se alistou nas frentes de trabalho promovidas pelo “Fundo Perdido”, um esquema de ajuda que visava proporcionar sustento básico para as pessoas em situação de extrema carência.

O trabalho de Nascimento envolvia tarefas pesadas e exigentes, como a construção de açudes. Utilizando métodos tradicionais, como a mão de pilão para compactar barro e a construção de esteiras para transportar materiais, ele desempenhou um papel crucial na construção de infraestruturas que ajudariam a armazenar água para períodos de seca futura. A rotina diária incluía o trabalho árduo, mas oferecia um alívio mínimo na forma de pagamento e cesta básica, que muitas vezes incluía apenas feijão.

Nascimento descreve o trabalho como extenuante e frequentemente marcado por problemas administrativos. O trabalho era rigidamente supervisionado por um chefe que, apesar de analfabeto, era responsável por impor regras e horários. Essa falta de compreensão por parte dos supervisores causava descontentamento e frustração entre os trabalhadores, que precisavam lutar para serem ouvidos e compreendidos. O alistamento no programa era feito de forma prática e direta: o BEC (órgão responsável pelo projeto) fazia o cadastro e, no dia seguinte, os trabalhadores eram convocados para iniciar suas atividades. Nascimento lembra da dificuldade de adaptação às condições de trabalho e a falta de equipamentos adequados, com muitos recursos sendo improvisados pelos próprios trabalhadores.

No município de Beditinos-PI, o senhor Lima<sup>18</sup>, 64 anos de idade, relata como o alistamento para as frentes de serviço era organizado. Segundo ele, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) era responsável pelo alistamento naquela região:

E aí, quando chegou 1982, meados já de 1982, chegou o alistamento, pelo DNOCS, convocando os trabalhadores rurais que estavam com dificuldades, para se cadastrarem nesse programa do governo, que tinha na época. Chamavam de DNOCS, outros até brincavam, chamavam de *Maguinu*, que o *cabra* entrava magro e saía nu (risos). Então, foi pelo ano de 1982, 1983, até o começo 1984 que foi quando o inverno voltou de novo (Lima, 2023).

Lima vivenciou adversidades da seca que assolaram a região do Piauí durante as décadas

18. Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

de 1980 e 1990, experienciando uma mudança drástica em sua vida devido à severa crise hídrica que afetou profundamente a agricultura local. Antes da seca, Lima vivia da agricultura tradicional, cultivando a terra e colhendo os frutos do seu trabalho, dependendo das chuvas regulares para sustentar sua produção. No entanto, com a falta prolongada de chuva que se instalou a partir dos anos 1980, a agricultura tornou-se insustentável, obrigando Lima e outros trabalhadores rurais a buscar novas formas de subsistência.

A seleção para o programa era baseada na necessidade. Lima, como muitos outros, foi selecionado devido à sua dependência do trabalho rural e à ausência de outras fontes de renda. O DNOCS realizava reuniões para alistar os trabalhadores, priorizando aqueles que não eram proprietários de terras ou comerciantes. Essa experiência reflete a luta e a resiliência dos trabalhadores rurais que, diante da crise, buscaram se adaptar e sobreviver. Seu relato oferece uma visão valiosa sobre os desafios enfrentados por aqueles que foram diretamente impactados pelos eventos climáticos e as políticas governamentais implementadas em resposta às crises.

As informações trazidas pelo senhor Lima são importantes sobre o período de alistamento para as frentes de serviço. Ele destaca que, por volta de 1982, o DNOCS convocou os trabalhadores rurais que estavam enfrentando dificuldades para se cadastrarem no programa do governo. O fato de que o DNOCS era conhecido por diferentes apelidos, como “Maguinu”, demonstra a familiaridade e, possivelmente, a proximidade que os trabalhadores tinham com essa instituição durante o período da seca. Além disso, a referência ao período de 1982, 1983 e início de 1984 indica a duração e a continuidade das ações das frentes de serviço nesse contexto de crise.

O senhor Lima ainda destaca as principais obras realizadas durante o período das frentes de serviço. A reconstrução e melhoria de estradas, a perfuração de poços cacimbões, e a construção de barragens e açudes foram projetos de destaque. Além disso, a possibilidade de realizar obras em propriedades particulares, desde que o resultado beneficiasse a população vizinha, revela a preocupação em atender às necessidades coletivas e em promover o uso compartilhado dos recursos hídricos e de infraestrutura:

E o serviço era consertar estrada, melhoria de estrada, perfurar poço-cacimbão, que as águas eram difíceis, não tinha. O maior projeto, o plano do projeto era fazer açudes, pequenos açudes, escavação de pequenos açudes, para quando viesse chuva garantisse maior segurança para aquelas pessoas que tinham dificuldades de viver naquela situação. Faziam barragens em setores mais próprios de ajuntar água, e a vida era desse jeito, a época foi uma dificuldade para quem não tinha condições de sobreviver de outra maneira. O jeito era se alistar nesse programa de governo, e feliz era aquele ainda que se alistasse. Porque não tinha mais outro apelo (Lima, 2023).

O fato de que o alistamento nas frentes de serviço era uma das poucas opções disponíveis para as pessoas que não tinham condições de sobreviver de outra maneira demonstra a importância dessas ações governamentais para a população desvalida pela seca, no entanto, fica óbvio a insatisfação com a alistagem, ter que se submeter para garantir a reprodução familiar. Essas informações contribuem para uma para entender as estratégias de enfrenta-

mento da seca e das condições de vida das comunidades rurais durante esse período. “O jeito era se alistar” pode ser interpretado como um lamento, indicando uma resignação diante de uma situação sem alternativas, o reflete a naturalização da pobreza, como se fosse um estado inevitável, e uma condição imposta que limita as escolhas e direciona para uma única opção possível, neste caso, as obras das frentes.

O compartilhamento de informações pelo senhor Lima sobre o pagamento e benefícios recebidos durante o programa de frentes de serviço são importantes para analisar as condições de trabalho e remuneração dos participantes. Ele estima que o pagamento mensal estava na faixa de 15 mil cruzeiros, e destaca que, a partir da metade do programa, os trabalhadores passaram a receber alimentos, sendo que na região em que ele trabalhava, apenas feijão era fornecido, enquanto em outras regiões eram distribuídas cestas completas com café, açúcar, entre outros itens. Isso demonstra que famílias de trabalhadores rurais sem terras e condições de subsistir eram atraídas para trabalhar nas frentes pela perspectiva de assalariamento e submetidos a condições de trabalho compulsório ou escravo nas frentes de emergência.

O trecho também desvela uma gama de disparidades regionais no fornecimento de benefícios aos participantes das frentes de serviço. Além disso, a organização metodicamente detalhada da dinâmica do serviço, incluindo o pagamento em datas preestabelecidas pelo DNOCS, fornece *insights* sobre a estrutura e gestão do programa de frentes de serviço durante a seca:

E a frente de serviço se trabalhava, se juntava depois do alistamento, fazia uma reunião, eram as turmas de 20 homens até 25 homens, outras com 15. Aí se escolhia um cabo de turma, entre aqueles ali, os trabalhadores mesmo escolhiam um que achavam melhor, aquela pessoa era o *apontador*. Apon-tava, marcava as diárias dos trabalhadores e era quem comandava mais o serviço, era aquele cabo de turma. Era quem apontava as diárias dos trabalhadores, a gente não ia se importar em dizer ‘eu trabalhei tantos dias’ não, o apontador estava lá, todo dia que você estava lá ele marcava lá na caderneta-zinha, na agenda ele marcava os dias. E isso foi até meados de 1984 quando terminou (Lima, 2023).

Essa fala sobre a organização do trabalho nas frentes de serviço durante a seca é importante para se decifrar como as atividades eram realizadas e gerenciadas. Ele destaca que, após o alistamento, os trabalhadores eram divididos em turmas de 15 a 25 homens, e escolhiam um cabo de turma para ser o apontador, responsável por comandar o serviço e marcar as diárias dos trabalhadores. Essa organização permitia uma gestão mais eficiente do trabalho e garantia que as diárias fossem registradas corretamente. O fato de que essa metodologia de trabalho foi mantida até meados de 1984 indica que ela foi considerada “eficaz” e “adequada” para as necessidades do programa de frentes de serviço durante a seca. No entanto, a organização do trabalho em turmas pode gerar uma interdependência entre os trabalhadores, o que pode levar a um sentimento de obrigação ou necessidade de continuar na atividade laboral.

Destaca-se a organização e solidariedade entre os trabalhadores nas frentes de serviço

durante a seca. Ele menciona a existência de uma clara divisão de atividades e a formação de estratégias para permanecer no trabalho, evidenciando a cooperação entre os trabalhadores. E para participar do processo de seleção, teria que apresentar testemunhas que não era comerciante, proprietário ou dono de grandes criações de animais, de acordo com o senhor Lima. A eleição de um líder entre eles mesmos para comandar o grupo e a necessidade de apresentar testemunhas para participar do processo de seleção indica a existência de um vínculo e uma rede de apoio entre os participantes. Existe, assim, um vínculo entre os sujeitos e fortalecem uns aos outros, numa rede de apoio.

O senhor Pereira<sup>19</sup> destaca a importância do início do serviço nas frentes de trabalho durante a seca, acrescentando que esse período era marcado por uma maior concentração de mão de obra e pela necessidade de evitar a migração em massa para os centros urbanos. Essa estratégia visava conter a “avalanche de flagelados” e a grande migração, demonstrando a preocupação em manter os trabalhadores nas áreas dominadas pela seca. Além disso, a fala de Pereira também ressalta o impacto do tempo e da disciplina de trabalho sobre os trabalhadores, indicando que a imposição de uma nova lógica temporal e disciplinar durante as frentes de serviço teve repercussões significativas para aqueles envolvidos.

Porque na roça era o seguinte, digamos que eu vou trabalhar pra mim mesmo, eu posso chegar lá 9h. O horário de eu sair da roça no meio dia, quem vai dizer sou eu. Eu posso sair 12h, 13h. Muitas vezes eu só quero ir uma vez durante o dia, porque à tarde o sol é muito quente, eu só faço um horário. Aí saio da roça 12h, 12h30min, 13h e venho pra casa fazer o almoço. Porque num período desse que está quente não é todo ser humano que aguenta trabalhar o dia todo. [...] Chegar cedo, antes do sol esquentar, por que se passar mal quem é que vai socorrer? (Pereira, 2016).

A organização do tempo e trabalho nas *frentes de serviço*, segundo os entrevistados, o horário de cada espaço de trabalho variava conforme ajustes feitos com os chefes encarregados, quase sempre obedecendo ao padrão médio de 8 horas diárias, em dois turnos, manhã e tarde, com exceção das mulheres que trabalhavam apenas no turno matutino. Há uma coordenação entre os trabalhadores para fazer força no sentido de diminuir a carga de trabalho, como se observa, inclusive com diferenciação para as mulheres.

Percebe-se a singularidade da experiência histórica vivenciada pelos operários nas frentes de serviço durante a seca, ressaltando que a condição limite em que se encontravam foi determinante para o estabelecimento de múltiplas relações de trabalho. A mudança do local de trabalho, a alteração na rotina e a adaptação ao novo tempo de trabalho foram aspectos significativos dessa prática. Conforme Thompson (1998, p. 269), no seio das sociedades camponesas, “a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo de trabalho ou das tarefas domésticas”, exemplificando que na rotina das tarefas pastorais, o relógio diário é o do gado, as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a relação mútua. A percepção e a organização do tempo estão intrinsecamente ligadas às ativi-

---

19. Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

dades cotidianas e às relações sociais, bem como as influências culturais.

Sem dúvida, esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador (Thompson, 1998, p. 271).

A percepção e a organização do tempo são diferentes em comunidades de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima. As tarefas diárias são variadas e se desenrolam de acordo com a lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador. Esse olhar denota como a percepção e a organização do tempo estão intrinsecamente ligadas às atividades cotidianas e às relações sociais, e como essa percepção pode ser diferente em contextos sociais distintos.

O trabalho do amanhecer até o anoitecer pode ser percebido como algo “natural” em famílias de agricultores, especialmente durante os meses da colheita, quando a natureza impõe a necessidade de colher os grãos antes do início das tempestades. Isso demonstra como a percepção e a organização do tempo nessas sociedades estão orientadas pelas tarefas e pelos ritmos de trabalho “naturais”, ou seja, pelas demandas e ciclos da natureza.

O senhor Antônio<sup>20</sup>, 79 anos de idade, também lavrador aposentado angicalense, destaca a relação entre o controle do tempo e a disciplina de trabalho nas frentes de serviço durante a seca. Ele menciona um episódio em que houve um princípio de motim devido ao aumento do tempo de serviço sem um correspondente aumento salarial ou pagamento de hora extra. Esse episódio apresenta a importância do tempo de trabalho e a reação dos trabalhadores diante de mudanças nas condições laborais, demonstrando a sensibilidade dos trabalhadores em relação à duração e remuneração do trabalho.

Essa situação ilustra as tensões e negociações em torno do tempo e da remuneração nas frentes de serviço durante a seca adiciona uma reflexão acerca das relações de trabalho, narrando que ao trabalhar nas frentes de serviço da localidade Cachoeira, inicialmente em dois turnos, das 07h às 11h e 13h às 17h, observou um princípio de motim. A razão seria porque o Cabo<sup>21</sup>, responsável da obra, aumentou o tempo de serviço para as 17h30min, passando assim a trabalhar mais trinta minutos sem aumento salarial ou pagamento de hora extra.

Teve um dia que o Cabo chegou e disse: “Olha, a partir do final da semana nós vamos trabalhar até cinco e meia [17h30min]”. Quando começamos na segunda-feira, no começo da semana que ele falou pra aumentar as horas, um dos que estava mais nós falou: “Eu mesmo que não vou trabalhar até cinco e meia, eu não sou nem filho de uma égua”. Quando foi na segunda-feira mesmo, quatro horas da tarde, chegou só um soldado e disse: “Olha, Chico Pinto (que era o apontador), você é até cinco e meia”. E ele disse “tá bom!”. [...] Aí

20. Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

21. Faz-se necessário lembrar que naquele município as frentes de serviço eram organizadas pelo Exército.

eu disse para o cara que ia falar com o Cabo: “Rapaz, tu disse que ia falar pro Cabo, o Cabo não veio, veio foi o soldado, o soldado é homem como nós e tu não falou por quê?” [...] Nesse dia teve confusão! Um companheiro meu disse: “se ele baixar o facão, eu derrubo ele com a chibata!” (Antônio, 2023).

O episódio de conflito em relação ao aumento do tempo de trabalho nas frentes de serviço durante a seca demonstra a insatisfação dos trabalhadores diante da imposição de trabalhar até um horário estendido, sem um processo de negociação adequado ou compensação financeira correspondente. A reação dos trabalhadores, incluindo a recusa em aceitar a imposição e a ameaça de confronto, ilustra as tensões e resistências enfrentadas pelos trabalhadores diante das condições de trabalho impostas. Esse relato contribui para uma análise vasta das organizações de poder e das estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores nas frentes de serviço durante a seca, demonstrando a importância de considerar o papel da vida, através das experiências dos trabalhadores no contexto histórico analisado.

O relato sobre a rotina dos operários da seca destaca a pesada disciplina imposta aos trabalhadores, que enfrentavam condições adversas como fome, fraqueza e exposição ao sol causticante. Além disso, havia rígidas regras a serem cumpridas, sob pena de desconto salarial ou até mesmo perda do emprego. Essa descrição traz para o nosso saber o quanto o sistema de trabalho nas obras de combate à seca era rigoroso e controlador, com uma lógica temporal diferente daquela do trabalho no roçado. A hierarquia, divisão do trabalho e horários rígidos eram características marcantes desse contexto, em uma sociedade que valorizava a moral, os bons costumes, a ordem e a disciplina, os quais influenciavam as práticas e percepções temporais dos trabalhadores. Essas informações contribuem significativamente para o alçar do nosso entendimento acerca das condições de trabalho e das relações de poder nas frentes de serviço durante a seca, destacando a importância de considerar as vivências insígnias diante do que estavam postos sobre dos trabalhadores envolvidos.

As regras nas frentes de serviço durante a seca eram rigorosas, e como a punição por descumprimento dessas regras poderia ser severa, incluindo desconto no salário ou até mesmo a perda do emprego. Essa disciplina era imposta por meio de uma série de mecanismos, como a divisão de trabalho, a supervisão do trabalho, as multas e os incentivos em dinheiro, como se coloca em Thompson (1998, p. 297). Esses mecanismos contribuíram para a formação de novos hábitos de trabalho e para a imposição de uma nova disciplina de tempo, que se diferenciava das percepções e práticas temporais presentes em outras esferas da vida social.

Entretanto, é possível perceber aquilo que James Scott chama de *estratégias silenciosas de resistência* cotidianas do campesinato. O próprio senhor Antônio admite em sua fala: “Se aumentasse a meia hora, tinha que aumentar o ordenado da pessoa! Quem trabalha em firma, a hora extra é outra, é o dobro. E lá não teve! Se teve, o cabo foi quem comeu! [...] Mas essa meia hora podia levar de qualquer maneira, 30 minutos você leva até conversando, né?”. Para Scott (2002), essas estratégias de resistência são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidos, ligadas por um senso de justiça. Os trabalhadores se considerando demasiadamente explorados no serviço passam a fazer *corpo-mole* no campo de obra, através da *enrolação*.

Essas estratégias silenciosas de resistência adotadas pelos trabalhadores nas frentes de serviço durante a seca eram formas de lidar com as condições adversas e as imposições do sistema de trabalho. O relato do senhor Antônio confirma a insatisfação dos trabalhadores em relação ao aumento do tempo de trabalho sem uma correspondente compensação financeira adequada. Ele sugere que os trabalhadores adotavam estratégias de enrolação como forma de resistência, atrasando o trabalho de forma sutil e buscando minimizar os efeitos das imposições do sistema de trabalho.

O conceito de economia moral de Thompson destaca que o comportamento econômico nas sociedades camponesas está ligado aos valores morais e às normas culturais, que visam principalmente à subsistência e não necessariamente à obtenção de vantagens econômicas, enfatizando a importância das relações sociais e culturais na formação da economia e na tomada de decisões econômicas.

Klaas Woortmann amplia o conceito de economia moral para a ordem moral do campesinato, que gira em torno da terra, da família e do trabalho. Nessa ordem moral, a terra é o elemento central que une a família e o trabalho. A terra é vista como um bem comum, que deve ser preservado e transmitido de geração em geração. A família é vista como a unidade básica da sociedade, responsável pela produção e reprodução da vida. O trabalho é visto como uma atividade sagrada, que deve ser realizado com dedicação e respeito.

Essa ordem moral do campesinato é uma forma de resistência à lógica capitalista, que valoriza a acumulação de riqueza e a maximização do lucro. Ela destaca a importância das relações sociais e culturais na formação da economia e na tomada de decisões econômicas, e enfatiza a importância da preservação da terra, da família e do trabalho como elementos fundamentais da vida e da sociedade.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (Woortmann, 1990, p. 23).

Esses valores e princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia, estão estreitamente vinculados às categorias de terra, família e trabalho, que formam a ordem moral do campesinato. Nesse sentido, os costumes do campesinato, como a valorização da terra e da família, influenciaram a forma como eles lidaram com a situação de crise, buscando formas de adaptação e resistência que preservassem sua subsistência e sua ordem moral.

Ademais, com o objetivo de entender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como o comportamento político, James Scott desenvolveu um conceito de economia moral fundamentado em três noções: segurança primeiro, risco mínimo, de justiça (numa rede de reciprocidade entre amigos, parentes, patrões e Estado) e de subsistência como uma demanda moral.

James Scott (2002) desenvolveu o conceito de economia moral para entender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como seu comportamento político. Esse

conceito é baseado em três noções principais: segurança primeiro, risco mínimo e justiça. A noção de segurança primeiro destaca a importância da segurança alimentar e da subsistência para os camponeses. Eles priorizam a produção de alimentos para garantir sua própria sobrevivência e a de suas famílias, antes de pensar em produzir para o mercado ou para obter lucro.

A noção de risco mínimo destaca a aversão dos camponeses ao risco e à incerteza. Eles preferem investir em atividades que ofereçam um retorno seguro e previsível, em vez de correr riscos em atividades incertas ou arriscadas. A noção de justiça destaca a importância da reciprocidade e da equidade nas relações sociais e econômicas dos camponeses. Eles esperam que as relações de troca sejam justas e equitativas, e que haja uma rede de reciprocidade entre amigos, parentes, patrões e Estado.

Além dessas três noções, Scott destaca a subsistência como uma demanda moral dos camponeses. Eles veem a produção de alimentos como uma atividade sagrada e valorizam a independência e a autonomia em relação ao mercado e ao Estado. Dessa forma, o conceito de economia moral de Scott destaca a importância das relações sociais e culturais na formação da economia e na tomada de decisões econômicas dos camponeses. Ele enfatiza a importância da segurança alimentar, da aversão ao risco, da reciprocidade e da equidade nas relações sociais e econômicas, e da subsistência como uma demanda moral.

Há, pois, uma singularidade na experiência histórica vivenciada pelos operários nas frentes de serviço durante a seca. A condição extrema em que se encontravam foi pertinente para estabelecer múltiplas relações de trabalho, influenciadas pelo contexto específico das frentes de emergência. Essas relações de trabalho foram moldadas pelo ambiente de trabalho, pelo cotidiano e pelo aprendizado dos trabalhadores, resultando em uma rica gama de conhecimento a partir de vivências. Esses resultados de vida, ou melhor, de experiências, estavam entrelaçados em diversas esferas da vida social, incluindo as esferas religiosas, culturais, sociais, econômicas e políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção das narrativas sobre as secas no Meio-Norte brasileiro, entre as décadas de 1970 e 1990, desempenha um papel fundamental na compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que cercaram as populações afetadas. Historicamente, a seca foi retratada de maneira simplista, ora como um fenômeno natural devastador, ora como uma oportunidade para mobilização de recursos e criação de frentes de serviço emergenciais. No entanto, essas narrativas raramente capturam a complexidade das experiências vividas pelas populações rurais, especialmente no que se refere às suas estratégias de resistência e adaptação.

Ao longo deste estudo, foi possível observar como o discurso oficial frequentemente enquadrava os camponeses como vítimas passivas, dependentes da assistência estatal, ao passo que episódios de saque e migração são descritos como desordens sociais ou resultados inevitáveis da miséria. Essa visão, ao reforçar estereótipos sobre a pobreza rural, desconsidera as formas sutis de organização e resistência cotidiana que esses trabalhadores desenvolveram em resposta às políticas públicas insuficientes e às condições climáticas adversas. A partir das

entrevistas e das análises de fontes, ficou evidente que, para além das soluções paliativas oferecidas pelo Estado, havia uma articulação ativa dos camponeses, que utilizavam a migração e até mesmo as ameaças de saque como formas de negociação política e econômica.

As fontes da época evidenciam a mobilização e atuação do Estado diante da problemática da seca, destacando a urgência e a gravidade da situação vivenciada pelas comunidades rurais. No entanto, embora essas frentes tenham proporcionado algum alívio imediato às populações afetadas, elas frequentemente falharam em abordar as causas estruturais da vulnerabilidade rural. A dependência de medidas emergenciais e a falta de uma abordagem integrada e sustentável perpetuaram o ciclo de pobreza e migração forçada.

As ações implementadas, como a distribuição de alimentos e a criação de frentes de trabalho, foram insuficientes para garantir a segurança alimentar e hídrica a longo prazo. Além disso, a centralização das decisões e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo resultaram em uma distribuição desigual dos recursos, beneficiando algumas regiões em detrimento de outras. A história das secas no Nordeste brasileiro demonstra a necessidade urgente de políticas públicas que vão além das respostas emergenciais. É imperativo que se invista em infraestrutura hídrica, capacitação técnica e gestão sustentável dos recursos naturais, com uma abordagem que considere as especificidades locais e promova a resiliência das comunidades rurais. Somente assim será possível romper com o ciclo de dependência e vulnerabilidade que há décadas assola a região.

Por outro lado, a abordagem da história oral por meio de entrevistas temáticas revela aspectos do cotidiano e da organização das pessoas envolvidas no trabalho nas frentes de emergência, proporcionando uma compreensão mais profunda das experiências de classe, dos costumes em comum (Thompson, 1998) e das formas cotidianas de resistência (Scott, 2002). A valorização das narrativas e representações dos sujeitos da lavoura e do campo de obras enriquece a compreensão das estratégias de sobrevivência e solidariedade adotadas por essas comunidades.

Portanto, discutir as narrativas sobre as secas exige não apenas a revisão dos relatos tradicionais, mas também a valorização das vozes dos próprios sujeitos envolvidos. A história oral, ao trazer à tona as vivências dos trabalhadores das frentes de emergência, desafia as versões hegemônicas que naturalizam a pobreza e a exclusão social. É essencial, assim, que as narrativas sobre as secas incluam as formas como esses indivíduos interpretaram suas próprias experiências, reconhecendo sua agência diante de um contexto marcado pela adversidade.

A reinterpretção dessas narrativas permite uma compreensão mais justa e equilibrada das secas, não apenas como catástrofes naturais, mas como fenômenos sociais que envolvem relações de poder, resistência e transformação. A análise das políticas públicas e das experiências vividas pelas populações rurais durante as décadas de 1970 a 1990 ressalta a importância de considerar a subjetividade e as representações dos indivíduos, bem como os impactos psicológicos e sociais das ações governamentais. A interação social e os costumes em comum são elementos fundamentais para compreender as dinâmicas das comunidades rurais em tempos de crise.

## REFERÊNCIAS

### Fontes orais

ANTONIO. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

ARAÚJO, Espedita da Silva. **Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha**. Teresina, 19 set. 2015.

LIMA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Beneditinos-PI, 20 nov. 2023.

MADALENA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

NASCIMENTO. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

PEREIRA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

### Fontes Hemerográficas

Jornal *O Dia* (Jan. 1979 a Nov. 1979).

### Fontes Documentais

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Divisão de Acompanhamento, Controle e Avaliação. **Relatório anual de 1979**. Ministério do Interior, Recife, 1980.

### Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de Brito. **Os trabalhadores e as frentes de emergência: o Piauí na seca de 1979-1983**. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras. Teresina: UESPI, 2017.

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de. **Camponeses-operários e frentes de emergência de combate aos efeitos das secas no Meio-Norte (décadas 1970-1990)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC, *Campus* Poeta Torquato Neto, Teresina - PI, 2024.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, p.

176-193, jul-dez de 2011.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

DE ALCÂNTARA SILVA *et. al.* O Desastre Seca no Nordeste Brasileiro. **Polêm!ca**, v. 12, n.2, pp. 284-193, abril/jun. 2013.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. A seca de 1877 e a formação da multidão. **Anais do XI Encontro Estadual de História do Ceará** da Anpuh-Ce, Fortaleza (CE): ANPUH, 2008.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador (BA), 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP)**, ano 11, n. 12, pp. 57-67, jan.-jun. 2008.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronado (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios**. ética, memória e acontecimento na história oral. Lisboa: Edições Unipop, 2013.

SABINO, Sylvia Thereza Bené de Oliveira. **Programas emergenciais de combate aos efeitos da seca no Nordeste**: O que mudou na década de 90?. Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se *neguceia*: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.